

A CONSTRUÇÃO DO SABER

Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas

Christian Laville
Jean Dionne

Revisão técnica e adaptação da obra:

Lana Mara Siman

Professora da Faculdade de Educação da
Universidade Federal de Minas Gerais. Doutora
em Didática da História pela Université Laval.

EDITORA
UFMG

Reimpressão 2008



1999

Problema e Problemática

A pesquisa parte de um problema e se inscreve em uma problemática. É do que trata este capítulo.

A fase de estabelecimento e de clarificação da problemática e do próprio problema é freqüentemente considerada como a fase crucial da pesquisa. É ela que serve para definir e guiar as operações posteriores, como uma espécie de piloto automático, uma vez que tenha sido bem planejada.

Mas o que é exatamente um problema de pesquisa? De onde vem? Quais são seus contornos? Como vislumbrar sua "solução" na prática? E onde se situa precisamente a problemática em relação ao problema?

O PROBLEMA DE PESQUISA

Um problema de pesquisa é um problema! Pois a mente humana é, em geral, bastante sábia para não se inquietar inutilmente. Ninguém, com razão, tem vontade de dedicar muito tempo para saber se a chuva molha, se os homens e as mulheres são de sexos diferentes, se as zebras são listradas de preto ou branco... O que mobiliza a mente humana são problemas, ou seja, a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real, ou ainda a busca de soluções para problemas nele existentes, tendo em vista a sua modificação para melhor. Para aí chegar, a pesquisa é um excelente meio.

Nas ciências naturais, as zebras podem, pelo contrário, suscitar muito interesse, como bem mostrou Stephen Jay Gould em *Quando as galinhas tiverem dentes*. Lisboa: Gradiva, 1989.

Problemas: motivações e escalas diversas

Podemos distinguir duas grandes categorias de pesquisa, as quais relacionam-se entre si.

Uma primeira categoria tem por motivação preencher uma lacuna nos conhecimentos: melhor conhecer e compreender, por exemplo, os estágios do desenvolvimento da personalidade, porque estima-se que o conhecimento do processo de crescimento dos seres humanos seria, desse

modo, mais completo. Trata-se então de um tipo de pesquisa destinado, em princípio, a aumentar a soma dos saberes disponíveis, mas que poderão, em algum momento, ser utilizados com a finalidade de contribuir para a solução de problemas postos pelo meio social. Pode-se chamar este tipo de pesquisa de *pesquisa fundamental*.

A segunda categoria de pesquisa tem por motivação principal contribuir para resolver um problema, um problema presente em nosso meio, em nossa sociedade. Assim, por exemplo, uma considerável taxa de evasão escolar em nossa sociedade pode causar inquietação e fazer com que desejemos conhecer e compreender melhor, à luz de conhecimentos já disponíveis, as suas causas para que, em seguida, possamos propor soluções. Trata-se, então, de uma pesquisa que tendo como característica principal a aplicação de conhecimentos já disponíveis para a solução de problemas denomina-se *pesquisa aplicada*. Este tipo de pesquisa pode, no entanto, tanto contribuir para ampliar a compreensão do problema como sugerir novas questões a serem investigadas.

O problema de pesquisa pode ser considerado em diversas escalas. Existe, é claro, o problema do especialista, do professor-pesquisador, do pesquisador profissional, do estudante que prepara uma tese de doutorado ou de mestrado... Para esses, os objetos de pesquisa aparecem, ao menos em parte, mais delimitados graças à experiência e ao saber que acumularam, à tradição científica de sua área, à sua participação em uma espécie de comunidade intelectual que compartilhe preocupações idênticas ou semelhantes. Mais que os outros, esses pesquisadores costumam se dedicar à pesquisa fundamental. Mas podem, igualmente, dedicar-se a pesquisas aplicadas, ou ainda à pesquisa-ação, desenvolvendo-as por um longo período de tempo.

Existe também, mas em outra escala, a pesquisa dos que desejam compreender e resolver certos problemas apresentados no seu cotidiano de formação profissional. Desse modo, por exemplo, um estudante confrontado com um problema de orientação escolar pode querer abordá-lo metodicamente, servindo-se de seus conhecimentos, reunindo todos os dados úteis, formulando hipóteses compatíveis com suas capacidades, suas experiências, suas disponibilidades de tempo e de recursos,

Tema e problema

Ouve-se, por vezes, dizer que tal ou tal pesquisador estuda tal ou tal tema de pesquisa — o nacionalismo no Quebec, o populismo no Brasil, por exemplo, ou ainda o desenvolvimento intelectual do adolescente —, ao invés de se falar sobre o problema preciso sobre o qual trabalha. É que o pesquisador profissional já circunscreveu, no decorrer de sua prática, um conjunto de problemas que se inscrevem em um mesmo tema de pesquisa. Ele, com isso, preocupa-se de modo global, muitas vezes no quadro de um programa de pesquisa, mas, quotidianamente, é sobre um problema específico que se debruça. Desse modo, por exemplo, um pesquisador que trabalhe com o problema ou o tema geral da evasão escolar poderá estudar a cada vez diversos problemas específicos relativos à evasão escolar. A soma dos conhecimentos assim obtidos lhe permite desenvolver progressivamente um conhecimento integrado sobre o conjunto da questão; ele pode construir um conhecimento mais geral.

Um pesquisador menos experiente vai se dedicar, por sua vez, a problemas bem delimitados e de amplitude mais restrita.

propondo um plano de intervenção capaz de contribuir para as mudanças desejadas. Tal procedimento pode ser tão científico como o do especialista, na medida em que aplica, substancialmente, o mesmo método de investigação. Aliás, não é senão este o principal interesse da aprendizagem da metodologia da pesquisa?

O “verdadeiro” problema

Mas nem todos os problemas que encontramos são necessariamente problemas que se prestam à pesquisa científica. Um *problema de pesquisa* é um problema que se pode “resolver” com conhecimentos e dados já disponíveis ou com aqueles factíveis de serem produzidos.

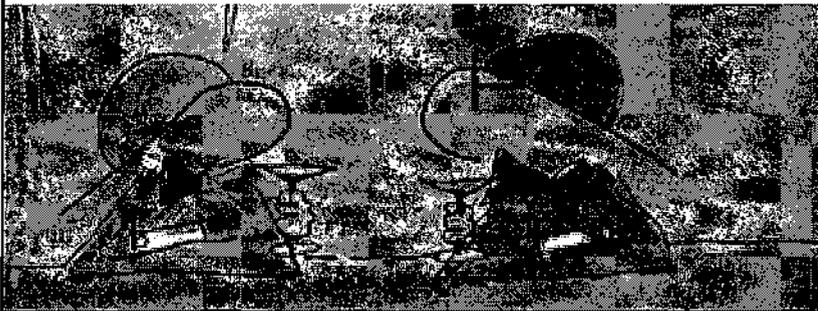
Suponhamos que um pesquisador veja um problema no aumento da taxa de divórcios. Poder-se-ia imaginar abordar o problema sob três ângulos diferentes:

- O casamento sendo a principal causa do divórcio, dever-se-ia interditá-lo.
- O casamento é uma instituição divina cujos laços não deveriam jamais ser rompidos.
- O aumento da indiferença amorosa entre cônjuges é o que causa o divórcio.

Além de poder parecer de uma ironia pouco séria, a primeira abordagem não leva a parte alguma. É da ordem da opinião; não indica dados a serem procurados em relação ao problema e, uma vez enunciada essa abordagem, “fica tudo como d’antes no quartel de Abrantes”.

Quanto à segunda proposição, é uma questão de fé, de crença religiosa. Acredita-se ou não nela, não dizendo nada sobre o fenômeno do

“Diga-me, Conrad, qual é para você
a principal causa dos divórcios
hoje em dia?”



divórcio, exceto que é proibido. Contudo, se se deseja recolher, nessa ótica, informações em relação ao problema subjacente, dever-se-ia enunciá-la de outro modo. Poder-se-ia questionar, por exemplo, se os que compartilham essa crença não praticam o divórcio (ou se divorciam menos) e imaginar então dados possíveis de serem recolhidos, assim como um quadro teórico de referência que os elucide.

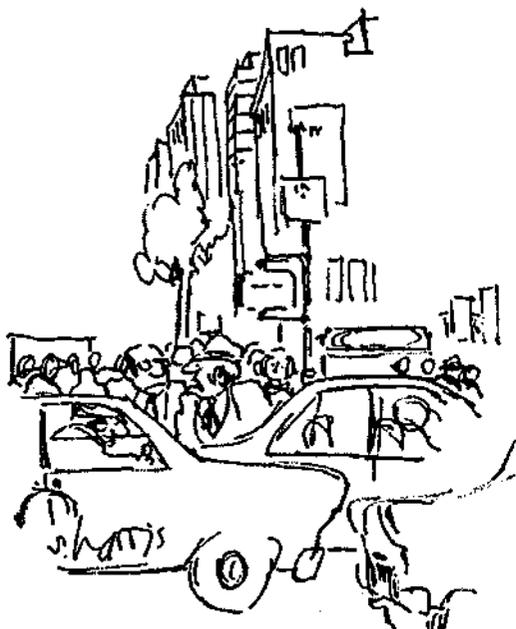
O terceiro enunciado é o único que aborda o problema sob um ângulo que deixa presumir uma pesquisa subsequente, pois permite uma busca de dados. Pode-se, por exemplo, interrogar casais em diversos períodos de seus casamentos: casais divorciados e não-divorciados, casais de direito ou de fato; pode-se fazer diversas observações para se informar sobre o grau de atenção amorosa em relação ao problema apresentado. Pode-se até imaginar, em um segundo momento, expandir a coleta de informações para outras circunstâncias (econômicas, sociais, históricas...), colocar a durabilidade do casamento em relação à existência de projetos comuns, com ou sem a presença de crianças, etc., a fim de melhor julgar o valor do enunciado considerando-o em um contexto mais amplo.

Um problema de pesquisa não é, portanto, um problema que se pode "resolver" pela intuição, pela tradição, pelo senso comum ou até pela simples especulação. Um problema de pesquisa supõe que informações suplementares podem ser obtidas a fim de cercá-lo, compreendê-lo, resolvê-lo ou eventualmente contribuir para a sua resolução.

Finalmente, um problema não merece uma pesquisa se não for um "verdadeiro" problema — um problema cuja compreensão forneça novos conhecimentos para o tratamento de questões a ele relacionadas. Poder-se-ia ter curiosidade em saber o que teria acontecido se o Brasil tivesse sido colonizado pelos holandeses e não pelos portugueses, ou supor o futuro do mundo se, de repente, não existissem mais crianças, ou calcular as economias possíveis no sistema escolar se se retirassem os professores e se suprimissem os exames, e para tais problemas imaginar dados possíveis. Essas questões, poder-se-ia argumentar, serviriam para aguçar nossa capacidade de imaginação — o que não é dispensável a um pesquisador —, mas provavelmente pouco serviriam para aumentar a bagagem de conhecimentos úteis à compreensão de um dado fenômeno e ao seu equacionamento.

Problema vem das palavras gregas *pro* (na frente) e *ballein* (jogar). Problema: jogar na frente.

Esses modos de construção do saber foram apresentados no capítulo 1.



Os problemas de hoje deveriam ter sido resolvidos nos anos 50, mas nós então resolvíamos os dos anos 20, e nos anos 20, os de 1890...

As interrogações iniciais

Mas de onde vêm os problemas de pesquisa? O que nos leva a tomar consciência de um problema, como está colocado no diagrama da página 84, ou a formular nossas *interrogações iniciais* como outros preferem dizer? De onde vem o fato de que alguns se interessam por tal problema, outros por outro (e que outros não se interessam por qualquer problema...)? De onde vem ainda que duas pessoas se interessem pelo mesmo problema podendo vê-lo de modo radicalmente diferente? Isso vem de nossas experiências: do que somos, pois são nossas experiências que nos fizeram ser o que somos. É o que acontece para todos os pesquisadores.

Nossas experiências são, essencialmente, uma mistura de conhecimentos e de valores, dos quais nos dispomos, em maior ou menor quantidade, com mais ou menos variedade de amplitude e de domínio. Esses conhecimentos e esses valores os recebemos prontos e conservados, ou os aprendemos ou transformamos, adaptando-os; por vezes, nós mesmos os desenvolvemos. Vejamos isso de mais perto.

Entende-se por Interrogações Iniciais as primeiras percepções a respeito de uma situação que causa problema, e que mereceria ser questionada, examinada de mais perto. É, com freqüência, um movimento pré-lógico do pensamento, da ordem da intuição.

Conhecimentos

Conhecem-se *atos brutos* e *atos construídos*. Os fatos brutos são aqueles que, embora determinados e divulgados pelos seres humanos, não se constituíram ainda em objeto de sua reflexão. Desse modo, conhecem-se fatos brutos quando se sabe, por exemplo, que a Proclamação da República data de 15 de novembro 1889, que as taxas de desemprego no Brasil, nos últimos sete anos, situam-se entre 5% e 10%, que a evasão escolar atinge mais as populações nordestinas do que as de outras regiões...

O simples conhecimento destes fatos brutos não possibilita a compreensão do fenômeno do desemprego nestes mesmos anos, tampouco o da evasão escolar, ou ainda a complexidade das relações entre os diferentes interesses e projetos políticos e econômicos que culminaram na Proclamação da República naquela data, mas permite melhor se situar na realidade social, melhor determinar o que a compõe e os elementos que nela interagem. Em suma, mais se conhece os fatos brutos sobre uma determinada realidade, menos essa realidade nos é estranha, estando-se mais instrumentalizado para vê-la, examiná-la, questioná-la, para eventualmente conscientizar-se dos problemas que ela comporta.

Mas os conhecimentos dos quais dispomos não são todos *atos brutos*, mas *construídos*. São *generalizações*, resultados do relacionamento de diversos fatos brutos. Entre essas generalizações, os conceitos e as teorias são particularmente úteis à pesquisa; deles trataremos em separado.



Essa caricatura foi publicada em *Le Soleil*, jornal canadense, a propósito dos acontecimentos de 1989, em Beijing (Pequim), quando os estudantes se opuseram ao governo pedindo reformas. Ela mostra quanto o conhecimento factual é necessário à compreensão. Sem ele, achamo-nos frente ao real social como frente a um quebra-cabeças.

As generalizações

As conclusões ou interpretações constituem um tipo corrente de generalização. São *conhecimentos construídos para explicar conjuntos de fatos brutos*. Assim, por exemplo, um historiador pode ao estudar a Inconfidência Mineira examinar os fatos que a caracterizam e estabelecer as relações entre eles e, em seguida, concluir que o movimento em questão explica-se de tal ou tal forma. Essa conclusão, fruto da interpretação, é uma generalização: é um conhecimento construído sobre o relacionamento de diversos fatos brutos.

Numerosos conhecimentos de que dispomos, começando pelos adquiridos na escola, são dessa ordem: generalizações. Sabemos, pois aprendemos, que a Inconfidência Mineira foi um conflito que expressa a crise do sistema colonial; que a crise econômica mundial dos anos 30 foi causada pela superprodução (ou pela especulação desenfreada); que a eclosão da Segunda Grande Guerra favoreceu o desenvolvimento industrial brasileiro, que o processo da urbanização está vinculado ao incremento da industrialização, que a imigração no Quebec põe em perigo o equilíbrio lingüístico (ou constitui a chave da sobrevivência demográfica); etc.

Todos esses enunciados remetem a fatos brutos. Inútil dizer novamente que quanto mais se acumulam conhecimentos interpretativos, mais se é capaz de observar o real social, de questioná-lo e de compreendê-lo.

Os conceitos

Ler o real social, questioná-lo e conhecê-lo; precisa-se de palavras para isso. Como nomear aquilo do que se trata, distinguir uma realidade de outra, falar dela com outros havendo mútua compreensão? Com esse fim, dentre as palavras, desenvolveram-se as que chamamos conceitos.

Conceitos e compreensão

Imaginemos, enquanto escutamos o rádio, a narração de uma parte deste esporte cujo vocabulário compreende as palavras *serviço*, *smash*, *set*, *vantagem*... Se não conhecemos o sentido dessas palavras, o que compreendemos? Ou nos imaginemos lendo um código de direitos: o que compreender se não conhecemos o sentido das palavras — conceitos — liberdade, justiça, lei, discriminação, direito... Os conceitos e as palavras que os exprimem são indispensáveis para conhecer, compreender e explicar.

Os conceitos são *representações mentais de um conjunto de realidades em função de suas características comuns essenciais*.

Tomemos a palavra “*mesa*”, por exemplo. Poderíamos ter três palavras diferentes para designar uma mesa com três, quatro ou cinco pés; uma palavra também para cada tipo de mesa: para aquelas sobre as quais se come, trabalha-se ou joga-se cartas; uma palavra para as mesas altas, as mesas baixas, as mesas em madeira, em ferro... Parece que se achou mais econômico utilizar a mesma palavra, “*mesa*”, para designar a todas, e hoje, quando se escuta essa palavra, representa-se para si um móvel composto por uma superfície plana colocada sobre pés e que serve para diversos usos, inclusive o de depositar objetos. Em resumo, conhecendo o sentido da palavra “*mesa*”, ninguém, vendo um cachorro, seria levado a chamá-lo de “*mesa*”.

A maioria dos conceitos úteis em pesquisa representa realidades mais abstratas. Por exemplo, o conceito de democracia. Ele é, no entanto, construído segundo o mesmo princípio, para exprimir realidades tendo em comum certos tipos de características. Assim, quando se ouve a palavra “*democracia*”, constrói-se a representação de um regime político cujos dirigentes são eleitos pelo povo e são responsáveis perante ele, e no qual todos possuem os mesmos direitos, tal como o direito à livre expressão, o acesso igualitário à justiça, etc. Conhecer os atributos do conceito de democracia — é assim que se nomeiam, com frequência, as realidades que o conceito recobre — permite que se pergunte se a China, a Argentina, o governo municipal, a administração da Universidade, etc., são democráticos. Os conceitos, para o pesquisador, são instrumentos insubstituíveis para se investigar e conhecer. Uma vez mais, quanto mais se dispõe de conceitos, maiores serão nossas capacidades de ler, questionar e conhecer o social.

As diversas ciências humanas desenvolveram, ao longo dos anos, conceitos próprios. Não que deles tenham exclusividade, longe disso, mas seus campos específicos de estudo dos fenômenos humanos e sociais levaram-nas a utilizar certos conceitos de modo particular. Assim,

O CONCEITO é uma categoria que estabelece um caso geral a partir de um conjunto de casos particulares aparentados por suas características essenciais.

Conceitos e pesquisa: uma ilustração

Einstein assim ilustrou o papel dos conceitos para conhecer o real:

O pesquisador é, às vezes, como um homem que desejaria conhecer o mecanismo de um relógio que não pode abrir. Apenas a partir dos elementos que vê ou escuta (as agulhas giram, o tic-tac) pode procurar uma explicação elucidando, e do modo mais simples, numerosos fatos, inclusive, até, invisíveis. São os conceitos de movimento, de roda, de engrenagem que permitem compreender, sem o ver, o mecanismo do relógio.

Citado em GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des sciences sociales*, 8. ed., Paris: Dalloz, 1980. p. 426.

por exemplo, a *economia*, em relação aos seus objetos de estudo, dispõe de modo particular de conceitos como: recursos, produção, trocas, preços, crescimento, escassez, etc.

Todas as disciplinas possuem, assim, alguns conceitos que marcam sua identidade e indicam seus objetos de estudo. Vejamos certos conceitos relacionados a algumas dessas disciplinas.

- Em *sociologia* e, em boa medida, em *antropologia*: papéis, status, grupos, classes, normas, cultura, aculturação, etc.
- Em *ciência política*: poder, regime político, estado, instituições, cidadania, etc.
- Em *geografia*: paisagem, espaço, situação, relações, divisão espacial, fronteiras, etc.
- Em *psicologia*: comportamento, motivação, percepção, atitudes, aprendizagem, desenvolvimento, adaptação, etc.
- Em *história*, todos os conceitos relativos ao tempo ou, mais precisamente, à perspectiva temporal na qual são abordados com os objetos de estudo e dos quais as demais ciências humanas compartilham: evolução, transformação, mudança, continuidade, duração, período, acontecimento, conjuntura, etc.

Frente à totalidade do real humano e social, um tal conjunto de conceitos fornece um instrumento de base para a observação, e até o questionamento, na medida em que cada um dos conceitos sugere pistas para um conjunto de questões. Pode-se, por exemplo, assim definir o tomador de decisão em política: o que faz, interpreta e põe em vigor as regras do sistema político. Esse conceito de decisor sugere questões como: 1) Quem são os decisores? Quais são suas características pessoais, seus antecedentes sociais? 2) Quais decisores são dirigentes políticos que possuem o apoio de seus concidadãos? Quais não o possuem? 3) Como se tornar um decisor em uma sociedade? Quais regras formais e informais permitem chegar à autoridade de decisor? 4) Que se deve fazer para se tornar e permanecer um decisor? Para quem se deve apelar? Como fazê-lo? Como permanecer no poder?

O conceito de tomada de decisões — ou seja, o processo pelo qual o sistema político faz, interpreta e põe em vigor as regras — sugere, por sua vez, questões como: 1) Quais são as regras formais e informais sub-

acentos às tomadas de decisões? 2) Como os decisores recolhem a informação? Esse modo de recolher a informação influencia o processo de decisão? 3) Como as decisões são postas em vigor? Como a sociedade as aplica, uma vez tomadas? 4) Quais papéis os decisores, as instituições, os cidadãos e a cultura política têm no processo de tomada de decisões? Etc.

Esses conceitos e as questões que levantam são os instrumentos privilegiados do pesquisador para conhecer, no sentido de que eles orientam a observação e o questionamento dos fenômenos sociais, a ótica pela qual conduzir seu estudo e, em resumo, seu modo de análise. Daí por que as chamam, por vezes, de *conceitos e questões analíticas*.

Outros conceitos também são indispensáveis ao pesquisador no sentido de que lhe lembram e definem as operações e os procedimentos essenciais à realização da pesquisa. São os que se poderia nomear *conceitos metodológicos*, de problema, de questão, de hipótese, de quadro de referência, de teoria, de validade, de objetividade, etc., além do próprio conceito de conceito! Em suma, um grande número de conceitos que se acham neste livro.

As teorias

As teorias são igualmente generalizações da ordem das conclusões ou das interpretações, mas de grande envergadura. São generalizações de generalizações. Tomemos um exemplo. Nos anos 30, um historiador se interrogou sobre as causas das revoluções. Para tanto, estudou quatro grandes revoluções: as revoluções inglesa de 1640, americana de 1776, francesa de 1789 e russa de 1917. Constatou que tais revoluções tinham causas específicas diversas, mas também fatores comuns: assim, em todos os casos, a deflagração das revoluções havia coincidido com um forte sentimento de insatisfação popular. Uma teoria permanece válida durante o tempo em que, dentre as situações que pretende explicar, não surja uma outra que a contradiga ou a invalide. Não desconsiderando, é claro, a possibilidade da coexistência de teorias concorrentes.

O valor de uma teoria é, primeiramente, explicativo: é uma generalização de explicações concordantes tiradas dos fatos que foram estudados para sua construção. Mas, para o pesquisador, seu valor é sobretudo analítico, pois ela lhe servirá para o estudo e a análise de outros fatos da mesma ordem.

Numerosas teorias que esclarecem o pesquisador em sua abordagem dos problemas são o fruto de pesquisas ou, pelo menos, observações metodicamente analisadas, como a que serviu de exemplo. Chame-mo-nas de *teorias científicas*.

Outras, que podem ter sido elaboradas cientificamente, tornaram-se teorias do social ideal, das ideologias. Assim, por exemplo, a teoria marxista: foi no decorrer de observações metódicas do real e da confrontação de experiências diversas que Karl Marx a desenvolveu. Mas suas origens empíricas foram progressivamente se apagando para dar lugar a uma visão do mundo segundo a qual as relações sociais seriam estabelecidas de modo mais igualitário para todos. A teoria marxista não deixa

Trata-se da teoria de Crane Brinton, que se encontra na *Anatomia das revoluções*. Trad. José Veiga. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

TEORIA Explicação geral de um conjunto de fenômenos; pode ser aplicada, em princípio, a todos os fenômenos semelhantes.

de ser, nesse sentido, um instrumento de leitura e de compreensão dos problemas que podem ser encontrados no real. Poder-se-ia qualificar de *sociais* as teorias desse tipo.

Outras visões do mundo não derivam de uma preocupação em organizar globalmente o futuro e não repousam sobre o estudo analítico do real. Alguém, por exemplo, pode acreditar firmemente que os políticos somente perseguem interesses pessoais. Essa convicção não deixará de ser, para ele, como uma teoria científica, propondo uma perspectiva à leitura do real. Poder-se-ia chamar uma tal representação de teoria *espontânea*. Como corre o risco de ser enganadora e de fazer com que o pesquisador se perca, seria preferível deixá-la de lado ou, pelo menos, objetivá-la. Mas deve-se ficar atento para sua eventual presença e influência em uma operação de conscientização e de resolução de um problema.



Valores

As generalizações, os conceitos, as teorias — fatos construídos pelas mentes humanas — se apresentam com as cores dos que os construíram, depois com as dos que os empregam, isto é, com seus valores.

Os valores são também representações mentais, representações do que é bom, desejável, ideal, de como as coisas deveriam ser ou procurar ser; são preferências, inclinações, disposições para um estado considerado desejável.

São nossos valores, mais que nossos conhecimentos, que fazem de nós o que somos. Pois nossos conhecimentos, quer sejam fatuais, conceituais ou teóricos, ganham seu sentido através de nossos valores, tanto para nós como para o pesquisador. A validade do saber produzido é, portanto, grandemente tributária desses últimos, uma vez que, de um lado, o jogo dos valores influencia a produção do saber e, de outro, a objetividade depende da consciência desse jogo e, de seu controle pelo pesquisador. Examinemos essas noções mais de perto.

As cores do saber

Deve-se compreender bem que, quando um pesquisador conscientiza-se de um problema — assim que exprime suas interrogações iniciais —, o faz a partir de uma observação do real ou de uma leitura sobre o real e por meio de um quadro de referência determinado. Esse *quadro de referência* lhe fornece a grade de leitura pela qual percebe o real. É composto de saberes adquiridos pelo pesquisadores — fatos brutos e fatos construídos —, mas este confere a esses saberes, devido a seus valores pessoais, um peso variável. Pensemos em um mosaico: no princípio, todas as suas peças são do mesmo material, mas de cores variadas; a disposição dessas peças de mesmo material, mas de diferentes cores, define o desenho específico do mosaico. O mesmo acontece com o pesquisador e seu quadro de referência pessoal.

Assim, entre os conhecimentos, há alguns para os quais o pesquisador dirige mais atenção. Pode, por exemplo, interessar-se mais pela escravidão do que pelos movimentos de independência, pelo êxodo rural no Brasil do que pela composição étnica de sua população, pela violência contra as mulheres do que pelo seu acesso às profissões não tradicionais, pelos fatores de êxito escolar do que pelo fracasso ou pela evasão... Porque seus valores o fazem preferir tal ordem de fatos e não outra.

O peso do quadro de referência se exerce ainda mais quando se trata de saberes construídos, em particular no que se refere às generalizações. Nos exemplos utilizados anteriormente para ilustrar as generalizações fatuais, da ordem das interpretações (página 90), ter-se-á, talvez, observado que essas generalizações se apresentavam na forma de binômio: para cada uma, acham-se dois tipos de interpretação (que, aliás, são interpretações comuns). Não é por acaso. Com efeito, não apenas não se adquirem todas as generalizações desta ordem, mas, entre as encontradas, há aquelas que preferimos por melhor corresponderem à nossa visão das coisas, aos nossos valores. O primeiro exemplo dessas generalizações tratava, como foi-nos proposto, das possíveis interpretações da Inconfidência Mineira: rebelião de cunho socioeconômico e com participação popular contra as formas de exploração econômica da metrópole, ou movimento de cunho político-ideológico, conspiração das elites inspiradas das idéias liberais. Ver um fato como a Inconfidência, numa perspectiva ou noutra, significa preferir — segundo nossos valores — uma interpretação a outra. Somos assim guiados por nossos valores, como os pesquisadores que construíram essas interpretações.

O mesmo acontece com os conceitos que conhecemos. No princípio, muitos conceitos não possuem um sentido unívoco: o de democracia, por exemplo. A democracia da Grécia antiga (onde o conceito nasceu) não é a democracia liberal de hoje; e essa democracia liberal não é a democracia popular da República Popular da China. Nós mesmos, no que concerne aos diversos tipos de democracia, podemos ter preferências: escolheríamos, por exemplo, a democracia direta, na qual cada um se representa a si próprio, ou a democracia por delegação?

As teorias, sobretudo as teorias sociais, repousam ainda sobre valores. Pensemos nessas duas grandes teorias do social — a tanto tempo em

Poder-se-ia definir o QUADRO DE REFERÊNCIA como o conjunto de conhecimentos e dos valores que influenciam nosso modo de ver as coisas.

disputa — que são o marxismo e o liberalismo. O marxismo, a grosso modo, propõe o ideal de uma sociedade sem classes, sem exploração do homem pelo homem, na qual todos receberiam conforme suas necessidades; o liberalismo supõe, de preferência, que a melhor maneira de garantir as necessidades de todos é deixar os indivíduos procurarem na concorrência e sem restrições seu interesse pessoal, e que do interesse pessoal dos mais empreendedores decorreria o interesse de todos. Conforme valorizamos uma ou outra dessas teorias (ou uma mais que outra), temos diferentes leituras do real: dirigimos, com efeito, nossa atenção para fatos diferentes em perspectivas diferentes. Vemos, cada um de nós, problemas diferentes; abordamos diferentemente um mesmo problema. Ainda aqui, como todo mundo, como os pesquisadores, ninguém escapa de seus valores.

O jogo de um conjunto de conhecimentos variável, amplamente definido e orientado por nossos valores, está, portanto, na origem da percepção de um problema de pesquisa.

Mas, anteriormente, já existe um outro conjunto de elementos que guiam o pesquisador em sua elucidação de um problema. Aqui ainda se trata de valores, mas, desta vez, de valores metodológicos.

Os valores metodológicos

Os valores metodológicos são os que nos fazem estimar que o saber construído de maneira metódica, especialmente pela pesquisa, vale a pena ser obtido, e que vale a pena seguir os meios para nele chegar. Isso exige *curiosidade e ceticismo, a confiança na razão e no procedimento científico e, também, a aceitação de seus limites*. Sejamos mais precisos.

Que o pesquisador seja uma pessoa curiosa e cética é evidente, pois, pelo contrário, quem aceita cegamente que as coisas sejam como são não será jamais um bom pesquisador.

O pesquisador tem o gosto por conhecer. Não se acomoda diante da ausência de um conhecimento, principalmente quando percebe um problema para cuja objetivação ou resolução a pesquisa poderia contribuir. Sabe desconfiar do saber que lhe é oferecido pronto, especialmente quando imposto. Gosta de questionar o modo como o saber foi construído, os valores que o fundamentam, e de se perguntar se poderia existir outro mais satisfatório.

Sobretudo, desconfia das explicações do senso comum, que devido à sua evidência aparente, muitas vezes, são as mais problemáticas. Tende, portanto, a questioná-las, reconsiderá-las, para verificar seu fundamento.

Mas ser curioso e cético conduz a reconsiderações, a iniciar pesquisas com frequência. Esse procedimento exigirá trabalho e esforço, que somente empreenderemos se estivermos convencidos de que nos levarão a um saber mais válido. Deve-se, portanto, confiar na razão e no procedimento científico, acreditar que o saber assim criado é de natureza diversa do que provém da intuição, do senso comum, da autoridade ou ainda das explicações míticas.

O pesquisador assim disposto aceita previamente, e sem se sentir frustrado, os limites do procedimento científico. Ao mesmo tempo em

Existem numerosos valores cuja legitimidade um indivíduo pode reconhecer sem compartilhá-los. Mas os valores metodológicos forçam a aceitação do pesquisador: sem eles, não pode haver ciência. São como valores "obrigatórios".

Curiosidade, ceticismo e senso comum

A história das ciências da natureza possui muitos relatos de pesquisadores que combatem a favor e contra todo o saber de senso comum. "E, no entanto, ela gira!", repetia Galileu aos que se obstinavam em afirmar que era o Sol que girava em torno da Terra, e não o contrário.

A história das ciências humanas possui igualmente sua quota de anedotas sobre os perigos do senso comum. Desse modo, o bom senso pode nos levar a pensar que as chances de ser socorrido na estrada são maiores quando a circulação está intensa do que quando não está; que os soldados americanos do Sul se adaptarão melhor ao clima quente do Pacífico do que os do Norte; que os jovens, naturalmente contestadores, manifestaram-se mais contra a Guerra do Vietnã do que os mais velhos. Simples bom senso! Contudo, verificadas pela pesquisa, todas essas afirmações revelaram-se falsas: quando são numerosos na estrada, os motoristas não param porque acreditam que um outro parará; o clima quente que os soldados do Sul conhecem é muito diferente do clima do Pacífico; os jovens foram mais cobertos pela mídia do que as pessoas de mais idade, embora somente uma minoria tenha manifestado sua oposição. Simples bom senso, seríamos tentados a dizer novamente, uma vez que essas explicações são conhecidas!

Deve-se ser curioso e cético para questionar semelhantes evidências.

Cuidamo-nos suficientemente para não nos deixar levar pelos julgamentos do senso comum? Questionamos os julgamentos que, às vezes, ouvimos sobre os refugiados (fraudadores?), os ameríndios (proveitadores?), os *baby-boomers* (egoístas?)... Quais são os fundamentos racionais de tais julgamentos? Como poderíamos verificá-los?

que confere um grande valor aos saberes constituídos através desse procedimento, reconhece que esses valores podem ser relativos, incompletos, provisórios. Nem por isso preserva menos sua ambição de objetividade, mas admite os limites que pesam sobre ela e cultiva sua vontade de dominá-los (o que o conduz a lhes conferir a consideração crítica da qual tratará o próximo capítulo).

Em suas pesquisas, o pesquisador aceita que os dados colhidos não conduzam aos resultados previstos, que os fatos contradigam seus pontos de vista, que suas hipóteses não sejam verificadas... Dispõe-se então a se reorientar, a revisar suas perspectivas, como a tolerar que outros, com perspectivas diferentes ou outros procedimentos, possam ter sobre os resultados de sua pesquisa opiniões diferentes, e que possam eventualmente produzir, por sua vez, saberes divergentes.

Vê-se como uma aprendizagem da metodologia pode ajudar a instrumentalizar a curiosidade e o ceticismo, a compreensão das vantagens e dos limites do método científico nas ciências humanas.

A problemática sentida

A conscientização de um problema de pesquisa depende, portanto, do que dispomos no fundo de nós mesmos: conhecimentos de diversas ordens — brutos e construídos — e entre esses conceitos e teorias; conhecimentos que ganham sentido em função de valores ativados por outros valores: curiosidade, ceticismo, confiança no procedimento científico e consciência de seus limites...

Todos esses elementos quando trazidos para nosso meio oferecem, por sua vez, a matéria sobre a qual se exercerão esses elementos: conhecimento, valor... Pois é nesse meio que um olhar atento observará os fatos nos quais poderemos eventualmente entrever o problema a ser estudado.

Nessa etapa, as capacidades intuitivas ganham importância. A percepção inicial de um problema é, muitas vezes, pouco racional. No en-

tanto, percebendo o problema, já temos uma idéia do modo como poderíamos resolvê-lo: já temos uma hipótese (às vezes várias).

A primeira preocupação do pesquisador é então passar dessa percepção intuitiva do problema a ser resolvido — e de sua eventual solução — para seu domínio metódico, racional. Em resumo, objetivar sua *problemática*.

Poder-se-ia definir a *problemática* simplesmente como *o quadro no qual se situa a percepção de um problema*.

A *problemática* é o conjunto dos fatores que fazem com que o pesquisador conscientize-se de um determinado problema, veja-o de um modo ou de outro, imaginando tal ou tal eventual solução. O problema e sua solução em vista não passam da ponta de um iceberg, ao passo que a *problemática* é a importante parte escondida. Uma operação essencial do pesquisador consiste em desvendá-la.

Essa operação de desvendamento consiste, mais precisamente, em jogar o mais possível de luz sobre as origens do problema e as interrogações iniciais que concernem a ele, sobre sua natureza e sobre as vantagens que se teria em resolvê-lo, sobre o que se pode prever como solução e sobre o modo de aí chegar.

Na saída, portanto, acha-se uma *problemática sentida*, imprecisa e vaga; na chegada, uma *problemática consciente e objetivada*, uma *problemática racional*.

De uma a outra, há o desvendamento e a consideração crítica dos elementos da *problemática*, ou seja, especialmente, a visualização do problema a partir dos conhecimentos dos quais já se dispõe, conceitos e eventualmente teorias em questão, bem como dos pontos de vista particulares do pesquisador sobre o problema e sua resolução. Esse procedimento conduz progressivamente o pesquisador a precisar seu problema de pes-

Problema e *problemática*

Na linguagem corrente, confunde-se, por vezes, erroneamente, os termos problema e *problemática*. A *problemática*, na realidade, é o quadro no qual se situa o problema e não o próprio problema. Não se pode dizer "tenho uma *problemática*" em vez de "tenho um problema". Por outro lado, pode-se dizer "essa situação é *problemática*", utilizando então a palavra *problemática* como adjetivo (especificando eventualmente seu ou seus problemas, e, portanto, estabelecendo uma *problemática*).

Um dia, um de nossos estudantes ilustrou da seguinte maneira a relação problema-*problemática*.

Minha braguilha está aberta

Fui convidado para ir à casa dos pais de minha namorada pela primeira vez, contou ele. Foi num domingo, para o brunch. Eu gostava muito de minha namorada e queria impressionar seus pais. Coloquei minha melhor roupa: calça jeans, minha camiseta mais bonita, tênis lavados como novos...

Toda a família estava lá.

De repente, no momento das apresentações, percebo que o zíper de minha calça (minha braguilha, dizia ele) estava aberta. O que fazer? Tinham percebido? O que vão pensar se a fecho na frente deles? Posso fechá-lo sem que percebam? E se fingisse que nada estava acontecendo? O que poderiam então pensar? Será que parecerei mais louco assim ou se tentar fechá-lo e me virem? E assim por diante.

*Minha braguilha estar aberta, explicou o estudante, era o problema; o resto, a *problemática*!*

quise, a circunscrevê-lo, a delimitá-lo — pois não se pode tudo resolver —, a decidir quais as questões particulares que o revelam melhor e que ele elaborará — pois não se pode questionar, ao mesmo tempo, sob diversos ângulos —, a determinar que respostas plausíveis esperar dessas perguntas, as hipóteses.

Essa passagem da problemática sentida à problemática racional, que se apóia especialmente sobre uma revisão da literatura, será o objeto do capítulo seguinte.

O jogo da problemática: uma ilustração

No texto seguinte, o historiador O'Meara ilustra bem o que é uma problemática. Sublinha, em particular, o jogo das teorias e das ideologias em uma problemática. Nas ciências humanas, lugar por excelência de diversas visões sobre o homem e a sociedade, as teorias e as ideologias estão, de fato, particularmente presentes. Pois o pesquisador não é estranho à sociedade; ele participa de suas ideologias, sofre seus efeitos. As problemáticas de pesquisa, portanto, freqüentemente carregam ideologias presentes em uma sociedade em um determinado momento. (Aqui, as ideologias chamadas de empirismo e materialismo histórico poderiam se traduzir respectivamente por liberalismo e marxismo.)

Notemos, sobretudo, lendo o texto, como, sobre o mesmo objeto, duas problemáticas diferentes conduzem a questões diferentes, à consideração de fatos diferentes, à construção de saberes diferentes.

Todo conhecimento toma forma em um quadro teórico, cuja natureza e estrutura estão implícitas ou explícitas. Esse quadro teórico pode ser chamado uma problemática. Esta é composta, de um lado, por um conjunto de postulados e de conceitos e, de outro, por regras metodológicas.

É a problemática que determina as questões que serão ou não formuladas. Problemáticas divergentes levantam questões diferentes. Tratam de objetos que não são semelhantes e conduzem a um outro saber. Proponho-me a ilustrar essa questão opondo o empirismo e o materialismo histórico no que se refere a uma situação histórica concreta, a saber as guerras e migrações chamadas m'fecane, que ocorreram na África do Sul, no século XIX. Segundo uma problemática empírica (e historicista): "As guerras e migrações ditas m'fecane resultam de uma revolução sociopolítica que termina em um crescimento das comunidades e em um aumento do conforto. Trata-se, na verdade, da gênese de uma nação". Desse modo, a historiografia empírica examina o crescimento de diversos reinos, a extensão do poder político, a conquista e a mudança de escala e produz os fatos correspondentes. Pelo contrário, para um defensor do materialismo histórico, o m'fecane pode apenas ser explicado por uma transformação dos meios de produção sob o efeito de agudas contradições. A análise tem como objeto a modificação das relações de produção, a evolução das relações entre classes, o desenvolvimento das forças produtivas e a intensificação das contradições; são esses fatos os privilegiados.

Esses dois procedimentos não engendram duas interpretações do mesmo processo, mas dois saberes distintos concernindo a dois objetos diferentes, que têm, um e outro, o nome de m'fecane. O que distingue os historiadores das duas escolas não são tanto as conclusões a que chegam, mas seus postulados de partida e as questões que colocam, isto é, a problemática adotada.

Desse modo, formulando questões diferentes, se é levado a considerar problemáticas diferentes que produzem fatos diferentes. Longe de provocarem a si mesmos, os fatos somente podem ser produzidos em um quadro de uma problemática determinada. Os fatos, enquanto tais, não possuem existência, independentemente das problemáticas.

Retirado de O'MEARA, Dan. Problèmes posés par la 'décolonisation' de l'histoire de l'Afrique. *Histoire et diversité des cultures*. Paris: UNESCO, 1984. p. 241. (Editado pela UNESCO.)

Alguns pesquisadores falam de *quadro de referência*, ao invés de *problemática*. Pode-se considerá-los como sinônimos. Outros escolhem, de preferência, *quadro conceitual* ou *quadro epistemológico*; conforme uma ou mais teorias, um ou mais conceitos ou uma questão epistemológica ocupam um lugar particular em sua *problemática*.